

A Economia Social de Mercado e o eixo político-econômico da integração no Mercosul

THALES CASTRO

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Neste capítulo, buscou-se apresentar análise pontual do mecanismo (modelo europeu) comunitário, cujo fundamento histórico e político-econômico remonta aos anos cinquenta no pós-guerra europeu ocidental, aplicado ao atual processo de integração no MERCOSUL com vistas à aplicação da Economia Social de Mercado (ESM) como fundamento estratégico viável para os atuais fenômenos integrativos.

Para tanto, uma ampla revisão de literatura das Relações Internacionais, da economia política internacional bem como do direito da integração foi utilizada, aproximando, assim, dos eixos históricos do fundamento que gerou o Tratado de Roma de 1957 no esteio do Plano Schumann-Monnet-Adenauer da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) de 1952 como fundamentos políticos liberais para o MERCOSUL do início dos anos noventa – “Consenso de Washington” de 1989, como receituário generalizado para a América Latina pós-guerra fria (pós-bipolaridade com sua lógica de “soma zero”).

A escola da economia política internacional (EPI), como a própria denominação já sugere, funde grandes trajetórias e tradições acadêmicas, reunido sínteses no campo sociopolítico e econômico para recomendar posturas

normativas nestes campos. Essa fusão tem gerado importantes contribuições para a investigação, sobretudo, da ideologia de seu poder no contexto abordado aqui no capítulo: o eixo da integração no Cone Sul. A junção da tradição economicista com a politológica acarreta tratamento indissociável aos focos primordiais da EPI/ESM com sua sensibilidade social, ambiental e responsabilidade e respeito à Coisa Pública (*Res Publica*): integração regional, relações econômico-comerciais, finanças internacionais, doutrinas e ideologias econômicas e organismos multilaterais deste segmento.

Como paradigma das Relações Internacionais, a trajetória da economia política internacional e de suas contradições acompanha e sofre influências diretas das transformações estruturais das várias alternativas buscadas pelo seres humanos em busca de realização pessoal e coletiva, bem como de sustentação da vida gregária. Susan Strange sintetiza, de maneira magistral, os segmentos do mercado com suas trocas e seus símbolos e o Estado com sua impessoal *summa potestas*, revelando a potencialidade, em termos de (re)descobertas, desta área para as Relações Internacionais contemporâneas.¹ Passemos a tratar de alguns eixos histórico-conceituais das dinâmicas da EPI nas Relações Internacionais contemporâneas com vistas a comentar sobre os pilares da Economia Social de Mercado (ESM) – modelo alemão – para o contexto da integração platina atualmente.

Nos três próximos itens, iremos explanar sobre algumas escolas, eixos e análises substanciadas que respaldam a economia política internacional contemporânea, começando pelo modelo de Nye-Keohane da interdependência complexa, passando pelo pragmatismo, intimamente ligado à escola filosófica do utilitarismo, que possui na economia liberal globalizada casamento muito próprio. Serão discutidas, ademais, doutrinas político-econômicas e correntes ideológicas com seus respectivos processos históricos atreladas à EPI; será fornecido, igualmente, estudo breve sobre blocos integrativos, como o MERCOSUL/UNASUL e áreas comunitárias mais maduras como a União Europeia, especialmente, pós-Tratado Reformador de Lisboa de 2007.

1 STRANGE, Susan. *States and Markets*. Londres, Pinter, 1988. p. 18-20.

2. HISTORICIDADE E EIXOS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA E DO PRAGMATISMO NO CONTEXTO DA ESM (ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO)

Com os crescentes fluxos de globalização e regionalização, profundamente assimétricos, desterritoriais, voláteis e discrepantes, tendo como um de seus principais eixos diretivos o “Consenso de Washington” de 1989 de ênfase na liberalização, na desregulamentação e na privatização do patrimônio público-estatal dos países da América Latina, a teoria das Relações Internacionais também adota a vertente da interdependência complexa (Modelo de Nye-Keohane) e do pragmatismo como forma de explicar e ordenar e explicar sobre a realidade externa que, em determinados momentos, vem a possuir baixa controlabilidade. É neste contexto que a Economia Social de Mercado tem e pode oferecer fundamento viável e mais social sensível e economicamente competitivo para os países da América Latina, em especial, da América do Sul. Vejamos, então, alguns de seus principais eixos, atrelados ao contexto histórico macro e às principais escolas das Relações Internacionais (interdependência complexa) vigentes.²

A ESM representa uma síntese entre o liberal capitalismo de orientação *laissez faire* pleno e o socialismo de linha marxista-leninista em um contexto do pós-guerra. Mais: a ESM é uma forma de estabelecer equilíbrios e correções históricas em um contexto de interdependência global e integração socioeconômica com desdobramentos para os blocos econômicos formatos no pós-guerra fria. Assim, como pilares de sua perspectiva, a ESM promove à guisa de *guidelines*:

- 1) finanças públicas sólidas com *accountability* público e privado;

2 Importante fonte de reflexão e divulgação do modelo alemão da ESM é o livro do Professor Marcelo Resico da Universidade Católica Argentina *Introdução à Economia Social de Mercado*. RESICO, Marcelo. *Introdução à Economia Social de Mercado*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2012.

- 2) compromisso com o pacto social entre empregadores e empregados com autonomia negocial e de representação;
- 3) apreço à família e compromisso com o cidadão – cidadania ativa e participativa;
- 4) política monetária independente que enfatize a estabilidade de preços com abertura comercial no mundo globalizado;
- 5) Estado forte, mas sem intervenções diretas em todos os âmbitos da vida;
- 6) fundamento ético em que se baseia a ordem econômica, jurídica, política e social e, por fim,
- 7) compreensão e prática generalizada de que os riscos da vida no formato solidário sem perder de vista o princípio de subsidiariedade.³

Aglutinando tais parâmetros da ESM com a escola de pensamento da interdependência complexa, temos alguns pontos de convergência e de interesse reflexivo. Para a interdependência complexa, a guerra deixa de ser o que, na perspectiva realista representa a lógica das Relações Internacionais centrada nos problemas de segurança, na ameaça hobbesiana e no constante dever de defender, dissuasoriamente, a integridade territorial dos Estados. Segundo Nye e Keohane, há a emergência de novos atores no plano internacional que questionam e redefinem a natureza estatocêntrica internacional. Observa-se relação intrínseca entre Estado, novos atores e o mercado global em um plano onde a competitividade se formata por meio de estratégias visíveis de integração. Os conflitos são de natureza econômico-comercial e financeira e têm na prática da arbitragem, da negociação internacional e na mediação transnacional um de suas principais características – assim pode-se, brevemente, narrar sobre o amplo quadro panorâmico sul-americano hoje.

3 *Los Principios de la Economía Social de Mercado Promueven...* Konrad Adenauer Stiftung, Berlim, mimeo, 2013.

Ainda sobre a escola da interdependência complexa, convém referenciar algumas discussões pontuais. A interdependência complexa representa modelo criado pelos professores Joseph Nye e Robert Keohane no clássico *Power and interdependence* onde estão delineados os principais axiomas de explicação para o comportamento estatal diante das várias agendas densas de relacionamento com uma multiplicidade de atores não-estatais e individuais na arena externa. Em síntese, a escola da interdependência complexa defende que os Estados estão atrelados a uma ampla rede de contatos, interesses, articulações e fluxos transnacionais, mostrando a emergência de novos atores não-estatais internacionais.⁴

Observemos, abaixo, alguns artigos específicos do texto magno do MERCOSUL, Tratado de Assunção (TA/91) de 26 de março de 1991:

“A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes,” (Artigo 1 do TA/91)

“Os principais instrumentos pra a constituição do Mercado Comum são:

- a. Um Programa de Libertação Comercial, que consistirá em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);*
- b. A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;*
- c. Uma tarifa externa comum, que incentive a competitividade externa dos Estados Partes;*

4 KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and interdependence*. 3a. ed. Nova Iorque, Longman, 2001. p. 30-49.

d. *A adoção de acordo setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.” (Artigo 5 do TA/91)*

“Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.” (Artigo 7 do TA/91)

Observa-se princípios gerais da ESM, mesmo que um cenário latino-americano liberal do Consenso de Washington, paradigmas do modelo europeu estruturado na ESM alemã, cujas marcas são patentes no presente e no futuro do bloco mercosulino.

Dando continuidade aos argumentos e às explanações sobre a EPI (Economia Política Internacional) com fulcro para a ESM, apresentamos algumas ilustrações acerca de suas premissas e natureza. Dessa forma, optou-se por apresentar breves notas sobre o processo integrativo regional e subregional, à guisa de ilustração e evidências. No campo da integração regional e sub-regional Mercosulina, essa escola tem elementos de explicação para a crescente interdependência comercial e de investimentos diretos e indiretos. Não se pode negar que com o aumento desses fluxos transnacionais de comércio exterior, investimentos e interação financeira, litígios venham a ocorrer que, no caso Mercosulino, foi estabelecida a prática da resolução dos conflitos tanto entre particulares quanto entre Estados, pela via arbitral. No Brasil, a mediação e a arbitragem são disciplinadas pela Lei 9.307/96. Tal diploma legal recepcionou, plenamente, os acordos internacionais anteriores de validação das duas práticas internacionais de resolução de litígios no comércio exterior como a Convenção de Nova Iorque e a Convenção de Montevidéu, além do Protocolo de Brasília de dezembro de 1991 que reconhece e estipula a prática arbitral *ad hoc* no bloco.

Para a EPI, os institutos jurídicos são importantes como marcos fundacionais da renúncia e da transferência da soberania estatal para o ente supranacional com fins pragmáticos de cooperação entre o primeiro (Estado) e o segundo setor (mercado/empresas transnacionais), de maximização do

ganho econômico e da competitividade. É verdade que, com a entrada em vigor do Protocolo de Olivos originariamente negociado em 2002 e com a inauguração, em 13 de agosto de 2004, do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL (TPR), com sede em Assunção, há um aprofundamento e um adensamento da interdependência dos quatro países-fundadores do MERCOSUL: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Outro organismo importante para a interdependência pragmática, no âmbito da EPI, é a OMC e com seus contenciosos têm exemplificação da perspectiva da interdependência comercial dos Estados. Produto das quatro décadas de negociação do GATT, gerado na Conferência de Bretton Woods de julho de 1944, a OMC visa *inter alia* a disciplinar o relacionamento comercial e de investimentos internacionais dos Estados.⁵

Esse paradigma é formado, essencialmente, pela dinâmica da economia política internacional e das Relações Econômicas Internacionais contemporâneas com suas muitas contradições já aqui detectadas. Destaca-se dessa forma, Robert Gilpin com sua capacidade de acoplar economia, finanças e o processo de globalização ao eixo das Relações Internacionais.⁶ Em sua opinião, há uma lógica autônoma e própria do processo de globalização como meio de interação das Relações Internacionais. A integração econômica representa meio pelo qual o Estado, de forma pragmática, forma um bloco econômico em qualquer de seus níveis (acordo preferencial, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica total e união político-jurídica), de acordo com a tipologia clássica de Bela Balassa. É estruturada na força industrial, na competitividade empresarial e na crescente capacidade de formar núcleos integrados ao processo

5 CASTRO, Thales. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília, Itamaraty/FUNAG, 2012. p. 369-374.

6 Gilpin mostra a trajetória do Capitalismo, especialmente do padrão ouro e do surgimento e do declínio de Bretton Woods (1944), como análise do metadiscurso das Relações Internacionais contemporâneas. Explica de forma didática sobre os efeitos para os países periféricos e semiperiféricos das assimetrias do processo de globalização política. Outra obra complementar de sua autoria de relevância é *The Political Economy of International Relations*. Foi consultada, no entanto, a seguinte obra: GILPIN, Robert. *Global Political Economy: Understanding the international economic order*. Princeton, Princeton University Press, 2001.

de globalização e regionalização, mesmo diante do alerta da tese do “capitalismo senil” que enfatiza a exaustão do processo de globalizante por conta de seu excessivo parasitismo e comportamento predatório centro-periferia de autoria do economista Jorge Beinstein.⁷

3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, IDEOLOGIAS E
DOCTRINAS ECONÔMICAS INTEGRATIVAS E A ESM:
BREVE TRAJETÓRIA DO MERCANTILISMO, DO CAPITALISMO
LIBERAL, DO MARXISMO E DO NEOLIBERALISMO

Como paradigma, a economia política internacional (EPI) utiliza várias matrizes de pensamento para sua fundamentação ideológica na explicação e na investigação acerca dos anseios da sociedade humana por progresso material e distribuição dos recursos (ativos) disponíveis, tendo como variável interveniente, o substrato da política. Neste sentido, o lento processo histórico de acumulação comercial burguesa, gerado a partir da Idade Média, vai formatar, posteriormente, as escolas da fisiocracia, do mercantilismo, do capitalismo (com suas três grandes fases) e do socialismo (com suas múltiplas vertentes – marxi-leninista, maoísta, foquista, guevarista...) – todos com diretos desdobramentos para a política internacional.

Antes de comentar mais precisamente sobre a história do capitalismo, é importante mencionar sobre o mercantilismo como escola vigente da EPI entre os séculos XVI e meados do século XVIII. Neste contexto, o mercantilismo utilizaria as práticas de balanças comerciais superavitárias por meio de pactos coloniais. A unilateralidade era uma marca patente do mercantilismo que se baseava no bimetalismo (exploração das colônias de metais preciosos, em particular, ouro e prata). O lastro da moeda nacional das principais potências marítimas (Espanha, Inglaterra, França e Portugal) estava voltado para a acumulação dos metais preciosos. A opulência

7 Ao final de seu livro, Beinstein faz prognóstico por meio de cinco cenários da economia financeira global com seu sistema parasitário e assimétrico. BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro, Record, 2001. p. 101-143.

nacional se formava a partir do protecionismo e das práticas assimétricas de conquistas, exploração e domínios ultramarinos.

A história do capitalismo não pode ser apresentada e compreendida em um vácuo. Com suas origens com Adam Smith na publicação, em 1776, da *Riqueza das Nações*, o momento de industrialização da Inglaterra demandava ideário teórico e de justificativa para os novos momentos de acúmulo do capital industrial com base no empreendedorismo. David Ricardo com sua teoria das vantagens competitivas reforçaria a formação do capitalismo sob a égide da especialização como motor do comércio entre as nações. Tais percepções seriam as principais fontes de justificativa de seus principais pontos: a acumulação, o empreendedorismo, o egoísmo, o fetichismo do consumo e ênfase mercadológica.

O capitalismo com sua dinâmica schumpeteriana de redefinição representa importante força de estruturação do sistema internacional hoje e ao longo de seus vários séculos de maturação. Essa lenta maturação envolve um longo processo de revolucionarismo burguês-liberal de enfraquecimento (ou redefinição) do papel do Estado como ente central do sistema internacional, cujas trocas comerciais no período quinhentista das grandes navegações portuguesas vão, pela primeira vez, gerando o que se concebe hoje por “globalização” se for utilizada a tese do capitalismo histórico da economia-mundo de Wallerstein.⁸ Sua força política se traduz pela sua própria essência de amoldar a capacidade do Estado, por meio das escalas crescentes de retorno, promover a lógica do ganho financeiro e cada vez em mais amplas perspectivas geográficas. A desterritorialização – processo complexo resultante da atual fase do capitalismo financeiro – é prova da importância do apagamento das fronteiras nacionais, da geografia estado-cêntrica com objetivo de maximização do lucro pecuniário.⁹

8 Uma redefinição política dos conceitos usualmente interpretados de forma equivocada sobre o processo de globalização pode ser obtida na obra de grande vigor sobre as raízes históricas longínquas das trocas comerciais proto-globais nos séculos XVI e XVIII – motores das teses contemporâneas do globalismo em Wallerstein.

9 BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*. Paris, Fayard, 1995. p. 21-33.

De sua evolução hegeliana do indivíduo, da sociedade e, finalmente, culminando no Estado – cerne das Relações Internacionais – por meio da tese, antítese e síntese, tal premissa vai encontrar vozes dissonantes e críticas revisionistas nos primeiros momentos da pós-bipolaridade em que a política internacional teria atingido seu ápice com o “fim da história”. Embora muitos críticos de Fukuyama apenas banalizem, de forma superficial, o teor literal dessa expressão criada por ele, é importante mostrar aspectos de relevância de seu pensamento. Em partes de sua obra, advoga que era necessário recuperar o idealismo filosófico de Hegel. Além disso, invoca marcos no pensamento político-filosófico como Platão além do próprio Hegel e Alexandre Kojève. Na percepção de Fukuyama, o *thymos* de Platão, representando a vivacidade, o crescimento, a força, o ímpeto, é a força motriz dos grandes feitos da humanidade. O diálogo que Fukuyama estabelece entre megalotimia e isotomia é um ponto central para se compreender a cena internacional. A história, portanto, é uma batalha entre a megalotimia e a isotimia, ou seja, é própria natureza dinâmica do diálogo timótico. Com o início do contexto pós-guerra fria, a história pôs fim à luta timótica, pois o espírito liberal-democrático seria a ferramenta para atingir a plenitude das aspirações humanas. Assim, a política internacional após a queda da União Soviética representa dínamo de evolução do espírito humano e revela recomeço internacional em seu perpétuo estado de aprimoramento e conquista dos desejos humanos.¹⁰

Em contrapartida à tese de triunfo da liberal-democracia, a teoria marxista se baseava na dialética e, por meio das inerentes contradições do materialismo histórico, afirmava que o comunismo, após a evolução do Estado primitivo, feudal, capitalista, socialista e, ultimamente, comunista, iria salientar o apogeu de longo processo civilizatório da humanidade (síntese). A síntese, na presente conjuntura pós-bipolar, constitui perspectiva contrária ao que Marx previa, já que a vitória foi

10 FUKUYAMA, Francis. *El Fin de la Historia y el Último Hombre*. Buenos Aires, Planeta, 1995. p. 44-51.

do voraz capitalismo financeiro global, tendo como marco o processo de globalização.¹¹

Vale salientar que a ESM, assim, posiciona-se como ponto nevrálgico equidistante entre as tensões geradas, especialmente, no contexto da bipolaridade da guerra fria (1945-1991) com o embate do liberalismo smithosiano-ricardiano com o marxismo comunista (leninista). Na mesma linha de argumentação, entre as tensões polarizadas da economia liberal e o comunismo de linha marxista, há, inegavelmente, argumentos favoráveis à presente “síntese” do triunfalismo globalizante como processo evolutivo próprio de aprimoramento e superação tanto no plano individual quanto coletivo. A ESM, no processo de integração do MERCOSUL, referenda tal postura sintética e como alternativa política viável no atual curso de crises globais (*sic*).¹² A superação tímótica (Fukuyama) ou histórico-materialista (Marx) das relações internacionais no início do século XXI surge como possibilidade de criação de uma nova estrutura política, onde se desenha a profunda dinâmica desterritorializada hoje.

Para além das sínteses do processo dialético e para além do assimétrico processo de globalização, o marxismo, como escola teórica das Relações Internacionais, tem oferecido importantes elucidações:¹³

11 O estudo tanto da dinâmica do capitalismo, quanto do papel do “intelectual orgânico” (Gramsci) e das fases do materialismo histórico teve nas duas obras a seguir importante fonte de consulta e referência. GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986. p. 80-94. LATOUCHE, Serge. *Análise econômica e materialismo histórico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 49.

12 Citei “crises globais” como expressão provocativa para demonstrar as várias vertentes de desestabilização gerada a partir da crise sistêmica do “suprime” nos EUA, a crise das montadoras ainda no final da gestão GW Bush, a crise na zona do euro e a crise de volatilidade global – fruto da intensa interdependência global desterritorializada.

13 LACHER, Hannes. *Beyond globalization: Capitalism, territoriality, and the international relations of modernity*. Nova Iorque, Routledge, 2006. p. 49.

Marx and Engels themselves, in any case, did not enquire into these problems. While the world market tendency of capital is obvious, and the impossibility for capital to exist other than in the form of distinct and competing individual capitals is immediately clear, such is not the case with the territorial fragmentation of capitalism's political space. Thus when Marx and Engels argue that civil society (burgerliche Gesellschaft) 'embraces the whole commercial and industrial life of a given stage and, insofar, transcends the State and the nation', it is simply not sufficient to add that this transnational civil society also 'must assert itself in its external relations as nationality, and internally must organize itself as State'. Nor does it explain the existence and roles of national states when they suggest soon after that the state 'is nothing more than the form of organization which the bourgeois necessarily adopt both for internal and external purposes, for the mutual guarantee of their property and interests

No âmbito da EPI de cunho liberal capitalista, muitas foram as ideias desenvolvidas e formadas acerca das matrizes do desenvolvimento econômico e social, que enfatizaram a importância dos investimentos em competências intelectuais e de formação de capital humano por meio da tecnologia e da educação. Há, ademais, várias outras correntes da EPI desenvolvimentista, tais como: a importância das instituições, a relevância do comércio exterior, do nível de desigualdade na distribuição da renda, do papel da infraestrutura na geração de atividades produtivas, do papel dos gastos governamentais, dentre outros diversos fatores, apontados como determinantes importantes do crescimento econômico. Isto sem mencionar os fatores tradicionais macroeconômicos: capital físico e força de trabalho. Diante da existência de uma grande quantidade de fatores, apontados na literatura, como responsáveis pelo crescimento econômico, alguns autores têm se preocupado em tentar sistematizar suas influências na tentativa de explicar o fenômeno.¹⁴

14 Tema debatido no II Seminário sobre Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais no Palácio Itamaraty em Brasília, em março de 2010, patrocinado pelo IPRI, DEC e FUNAG do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Os estágios do capitalismo que estão, atualmente, redefinindo o sistema estatocêntrico westphaliano por meio da formação de blocos geoeconômicos – expressão maiúscula do ideal burguês-liberal maximizador do lucro – podem ser compartimentalizados pela trajetória histórica da seguinte maneira:¹⁵

1. O (proto)capitalismo comercial e de acumulação ainda incipiente baseado no extrativismo primário e no mercantilismo bimetalista por meio de um modelo político colonial entre os séculos XVI até finais do século XVIII, quando se inicia a revolução industrial inglesa em sua primeira fase;
2. O capitalismo industrial estruturado na maquinofatura por meio de um modelo político imperialista ao longo do século XIX e início do século XX, outorgado pela Conferência de Berlim de 1885-86 (“A Partilha da África”), valorizando os combustíveis fósseis e criando nova divisão internacional do trabalho (DIT);
3. O capitalismo financeiro da segunda metade do século XX, estruturado na tecnologia da informação, na desterritorialização e na transnacionalidade competitiva, onde a volatilidade e a baixa controlabilidade são marcas centrais da globalização curto-prazista em tempo real – vide o quadro 1 logo adiante.

As questões provocativas logo no início nos remetem à necessidade de reflexões profundas sobre o atual estágio do processo de globalização, tanto como projeto político como econômico-comercial e financeiro.¹⁶ Onde se insere à ESM, diante das contradições e assimetrias do capitalismo liberal globalizado? Qual o papel da ESM como elemento humanizador e socialmente sensível da integração regional sulamericana?

15 Wallerstein e Beaud foram utilizados em partes específicas para construção das três fases sintetizadas acima. BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 55-73.

16 GILPIN, Robert. *Global political economy: Understanding the international economic order*. Op. cit.. p. 362-369.

No plano da razão instrumental habermasiana, o projeto da modernidade é incompleto e, assim, deficitário e incongruente. Por isso mesmo, a ESM apresenta-se como crucial sob o ponto de vista das políticas públicas internas e de integração regional. Seus postulados não atingiram a totalidade das ansiedades e expectativas transformadoras e reformistas no contexto de um amplo iluminismo. Assim, nem os países centrais acabaram por vivenciar a modernidade com seus cortes com o passado, esses mesmos países já passaram a anunciar a chegada da pós-modernidade trazendo ainda maiores desafios para o industrialismo e o pós-industrialismo nas Relações Internacionais.

A modernidade e pós-modernidade também para todos os fins práticos juntamente com seus pseudorreformismos (*sic*) capitalista-globalizantes só existem para pequenas parcelas da população mundial, que o posiciona como engenharia política e econômica socialmente excludente. É, nesse sentido, que Gilberto Dupas por base o pensamento crítico e reflexivo, enfatiza o caráter dualista do processo de globalização e regionalização, mostrando que, em relação direta com a natureza da política internacional, o capitalismo também é envolto em paradoxos:

O capitalismo atual é alimentado pela força de suas contradições. De um lado, a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos – e a necessidade de networks e mídias globais – continuará forçando um processo de concentração que habilitará como líderes das principais cadeias de produção apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais. [...] A outra contradição que alimenta o capitalismo contemporâneo, já referida anteriormente, é a contradição exclusão versus inclusão. Apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda.¹⁷

17 DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo*. 3 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999. p. 57.

Concepções teóricas da economia política internacional acerca do Estado integralizado ou do Estado geoeconômico em âmbito subregional dos vários blocos deverão tomar forma na conjuntura mundial hodierna. Ao que se parece, não tem havido sistemática evolução paradigmática e conceitual do Estado diante do franco processo de globalização que, podemos sinteticamente, definir em quatro grandes matrizes ou imagens: globalização produtiva, globalização especulativo-financeira, globalização assimétrica e globalização solidária. Cada uma das globalizações apresentadas e comentadas abaixo tem seu perfil e sua teleologia, indicando diferentes receitas para públicos ou objetivos específicos. Passemos a discutir mais sobre as quatro imagens da globalização como ilustração do atual estágio da economia política internacional no seu caráter liberal-capitalista.

Quadro 1. Quatro imagens da globalização: ilustração da economia política internacional¹⁸

Globalização assimétrica (Articulação político-decisória e institucional integrada nos foros multilaterais e nos relacionamentos bilaterais com aumento de exclusão participativa e volatilidade para o Estado)	Globalização especulativo-financeira (Elevada interação desterritorializada financeira predatória resultando em baixa controlabilidade com aumento de volatilidade para o Estado)
Globalização solidária (Centralidade sociocultural e humanitária com redução de volatilidade para o Estado)	Globalização produtiva (Ênfase no eixo econômico-comercial e de investimentos diretos estrangeiros de médio/longo prazos com redução da volatilidade para o Estado)

As tipologias apresentadas do quadro 1 revelam as várias facetas da globalização. Não há uma única “globalização”; há várias vertentes do mesmo fenômeno que é caracterizado pela terceira fase de expansão do capitalismo liberal desterritorializado global. Atrela-se a esta noção a característica da maximização do retorno investido do capital predatório que não visualiza as fronteiras nacionais como barreiras à livre circulação e à especulação. A cada globalização ali visualizada, há uma correspondência com o critério de volatilidade para o Estado nacional. A volatilidade apresenta-se como

18 CASTRO, Thales. *Elementos de Política Internacional*. Curitiba, Juruá, 2005. p. 196-210.

conceito análogo ao apresentado no início do livro no quadro 2 “Principais Ferramentas Conceituais” que é o conceito de *controlabilidade*.

O critério elaborado pelas nossas observações traz nova luz à necessidade de atualização da teoria do Estado e de seu poder no presente momento histórico da economia política internacional. Neste contexto, portanto, um dos maiores desafios ao livre comércio – note que “livre comércio” é diferente de “integração” – é, justamente, o sentido de competitividade inserido no escopo de comércio justo (*fair trade*). Os signos semânticos possuem a capacidade de manipular a realidade, de maneira que competitividade e comércio justo podem, na verdade, encobertar posturas assimétricas e antiéticas. Isso me lembra a frase de George Orwell em sua *Revolução dos Bichos* que assevera que “todos são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros”.

O aprofundamento de blocos geoeconômicos leva a questionamentos relativos a constituição de novos atores no plano internacional que poderiam ser denominados de “macroestados”, construídos pela força motriz do comunitarismo e da integração de políticas setoriais específicas e ares estratégicas de política externa com renúncia residual da soberania de cada Estado integrante.¹⁹ A ESM pode ser considerada como uma referência importantíssima para o MERCOSUL. Uma nova fisionomia política, jurídica, social e econômica é assim dada ao cenário internacional pós-estatocêntrico para a América do Sul.

No intuito de fazer uma ponte para os debates recentes da economia política internacional no contexto latino-americano, poderemos tecer algumas reflexões sobre as mudanças conjunturais de estatura de poder do Brasil a partir das recentes descobertas de petróleo e gás na Bacia de Campos. Um desses desafios é reequacionar a economia política dos combustíveis no cenário da integração regional. Tanto no contexto do petróleo (combustível fóssil) quanto do etanol, o Brasil já passa a ser considerado como um importante *player* nestes dois combustíveis, demandando, por-

19 ROSECRANCE, Richard. *The Rise of the Virtual State: wealth and power in the coming century*. Nova Iorque: Basic Books, 1999. p. 27-43; p. 155-167.

tanto, voz mais ativa, presença mais incisiva. Se forem confirmadas as novas reservas no Campo da Carioca na Bacia de Campos, o Brasil salta para o oitavo país com a maior reserva provada de petróleo do mundo a frente, inclusive, de países-membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo com sede em Viena na Áustria) como Nigéria e Indonésia. O Brasil entraria atrás das reservas provadas de países como a Rússia (80 bilhões de barris), a Venezuela (82 bilhões de barris), os Emirados Árabes (97 bilhões de barris), o Kuwait (101 bilhões de barris), o Iraque (115 barris), o Irã (137 bilhões de barris) e, finalmente, a Arábia Saudita com seus 264 bilhões de barris, segundo dados da própria OPEP. Ainda pode ser considerada como prematura tanta euforia. Cuidado com as cortinas de fumaça que isso pode gerar no âmbito política brasileira. Digo mais: considero que deve ser feito um criterioso cálculo racional de poder para projetar ainda mais o Brasil no cenário internacional repensando sua política externa. Devemos visualizar com otimismo cauteloso o fato de que ainda há muitos campos congêneres na mesma Bacia de Campos que vai do Espírito Santo até Santa Catarina, sempre tendo em mente o conjunto de estratégias que devem ser seguidas para, cada vez mais, mostrar as reais bases de liderança do Brasil. O caminho ainda é longo, mas há, no horizonte, boas perspectivas para mudanças e fortalecimento do Brasil passando a ser reconhecido como um país de imponência pelas *múltiplas variáveis que integram*, segundo nossa visão, o poder internacional: poder político-diplomático, poder econômico-financeiro, poder cultural, poder militar e poder geodemográfico.

4. A ECONOMIA POLÍTICA DA DUALIDADE INTEGRAÇÃO-DESTERRITORIALIZAÇÃO: A UNIÃO EUROPEIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

O título apresentado para este item é provocador e instigador de novos olhares sobre questões já bastante tratadas por diversos pesquisadores: a integração e a desterritorialização no atual contexto de diálogo de paradigmas para a América do Sul: o diálogo modelístico liberal norte-americano, o diálogo chavista-bolivariano e o diálogo da Economia Social de

Mercado. Passemos aos seus principais pontos adiante. Ainda comentando e avaliando sobre o paradigma da economia política internacional (EPI), convém discutir sobre as macrorredefinições ocorridas ao final do século XX e como tais mudanças estão acarretando a formatação de novos paradigmas das RI do século XXI.

É com a força do capitalismo desterritorializado que o sistema westphaliano vai sendo, conseqüentemente, enfraquecido para formação de áreas integrativas além do nível de “mercado comum” (na tipologia de Bela Balassa), como é o caso da União Europeia que possui um projeto político em vigor de uniformização monetária comum ótima (zona do euro), com a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e com a adoção da Constituição Europeia.²⁰ Esse ambicioso projeto macroestatal europeu remonta à criação do BENELUX em 1944 e a posterior criação da CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) de 1952 e da CEE (Comunidade Econômica Europeia) pelo Tratado de Roma de 1957 com os seis países fundadores originais: Alemanha Ocidental (à época), França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda.²¹

Não é nosso propósito aqui discorrer, detalhadamente, acerca da densa integração Europeia, sua engenharia política, seus *setbacks* e êxitos expressivos. Nosso propósito que é bem mais pontual: é associar o processo em vigor de integração Europeia para uma dimensão de enfraquecimento do paradigma westphaliano de estatocentricidade à luz da EPI/ESM. A nova percepção de formação de novo ente (ator) internacional, coexistindo entre os Estados-nacionais europeus e o macroestado pós-nacional pela tese funcionalista pragmática da União Europeia sen-

20 O Tratado da União Europeia de 7 de fevereiro de 1992, assinado em Maastricht, Holanda, em seu Título V, Artigo 11, *inter alia*, disciplina sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da UE.

21 O pragmatismo econômico e a visão estratégica de Jean Monnet, primeiro presidente da CECA, vai representar importante elemento no amplo projeto político europeu de retorno da hegemonia econômica Europeia de longo prazo para o continente, perdida com o início da Guerra Fria para os EUA e para a porção da Eurásia com a URSS. PFETSCH, Frank. *A União Europeia: história, instituições e processos*. Brasília, UnB, 2002. p. 78-81

do esta, ao mesmo tempo, transnacional, desterritorializada, poliglota e multirreligiosa.²²

Na economia política internacional recente, merece atenção o esforço empreendido, desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não somente no contexto de sua reconstrução por meio do Plano Marshall (1947-1952), mas também para encontrar meio de superação do longo conflito franco-germânico e unificar a Europa. Política e economicamente, pode-se dizer que árduo e longo foi o caminho percorrido pela Europa ocidental para conformar e equacionar suas problemáticas internas de formação do conceito de Estado nacional e seu relacionamento intra-europeu. Longo e dificultoso foi encontrar a fórmula adotada pelo Plano Schumann-Monet também corroborado pelo chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, durante a década de 50.²³

Para a EPI, a audaciosa engenharia política integracionista Europeia representa a transformação factível do projeto de Estado-nação, redefinindo o paradigma de Westphalia, que criou as engrenagens da soberania estatal como cerne das Relações Internacionais. O “projeto” que muitas vezes se confunde com “processo” europeu é profundo, marcante, contundente e, de acordo com suas especificidades, pode servir de análise para as transformações em curso.

Não queremos com isso dizer que devemos, como se faz com frequência nas terras brasileiras, incorporar acriticamente as “fórmulas estran-

22 Pode-se abstrair que, uma das opiniões do Professor François D' Arcy, externada no Capítulo I (“Apresentação geral da União Europeia”) de seu livro, é que a UE, mesmo com sua complexa e avançada dinâmica integrativa, representa “projeto inacabado de integração política” especialmente após a entrada dos 100 milhões de novos cidadãos no espaço da UE em 2004. Uma outra interessante e provocativa questão nos é feita quando indaga sobre que constituiria, verdadeiramente, os limites do espaço europeu (“Qual Europa?”). D' ARCY, François. *União Europeia: Instituições, políticas e desafios*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2002. p. 20-49.

23 A criação da Cátedra Adenauer na Universidade Católica de Pernambuco, em agosto de 2010, representou marco para o aprofundamento dos estudos relativos à integração europeia e também para as Relações Econômicas Internacionais no contexto da doutrina da economia social de mercado (ESM).

geiras” para solucionar problemas endógenos, nem tampouco queremos dizer que os arranjos políticos e decisórios do Velho Continente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) representem, necessariamente, a melhor estratégia para o MERCOSUL que enfrenta sérios entraves ao seu funcionamento. Deseja-se apenas delinear as transformações para a EPI da assinatura do Tratado de Roma, em 1957, com os seis países fundadores (Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Itália, França e Alemanha Ocidental) do então Mercado Comum Europeu (MCE), sua trajetória culminando na União Europeia (UE) com 27 Estados-membros atuais com uma moeda conversível das trocas comerciais mundiais, o Euro.

Depois de longo contínuo na forma de fluxo de guerras mundiais, sobretudo, em solo europeu (1914-1918 e 1939-1945), o Velho Continente perdera o exercício hegemônico que tinha outrora. A Europa ocidental, ressecada pelas guerras e pelo início da cortina de ferro da Guerra Fria, buscou integrar como meio de consolidar a paz no continente por meio da aproximação comercial, política, cultural, econômica e diplomática. Com o respaldo da experiência do BENELUX (União Aduaneira entre Bélgica, Luxemburgo e Holanda), os Planos Monet e Schumann, durante a década de 50 no contexto da criação da CEECA, asseveravam que era necessário superar a rivalidade franco-germânica e criar instituições supranacionais para que a Europa voltasse a ocupar patamar político de preponderância em meio à ordem mundial bipolar centrada nos EUA-URSS. O caminho foi pavimentado para, em 1957, ser assinado o Tratado de Roma criando o então Mercado Comum Europeu.

Outro ponto importante do foco da integração-desterritorialização que tem atrelamento à EPI, é, justamente, a necessidade de securitização de área mútua nos blocos geoeconômicos para fins de promoção da confiança mútua. A confiança em um ambiente de democracia gera a segurança coletiva que, por seu turno, é fator importante para a paz. Sem tais elementos, blocos econômicos se tornariam fragilizados e inviáveis. Não se pode ter área comercial supranacional comum sem a presença de tais institutos. Assim, a Ata da Helsinque que finaliza a Conferência para Segurança e Cooperação na Europa de 1975 (CSCE) posteriormente materializada em Organização (OSCE), jun-

tamente, com o Ato Europeu Único de 1986 vão consolidar tais eixos de paz, cooperação e entendimento para uma melhor fluidez da renúncia de soberania estatal dos países da Europa. Os Estados como atores racionais e interessados precisam ter sólidas bases para delegar e renunciar sua soberania em prol da criação efetiva de instituições supranacionais de confiabilidade.

Em economia política internacional, muitas vezes, a tese funcionalista e neofuncionalista tem peso importante e correlação direta com seus ditames. Ou seja, em EPI, o funcionalismo opera uma importante ponte que, objetivamente, permeia os assuntos de integração. Neste sentido, o lastro fundamental para os êxitos de sucessivas expansões do MCE, da Comunidade Europeia e, mais recentemente, da UE foi selar a paz, a estabilidade e a segurança na Europa dos 27 atualmente. Este projeto muito se diferenciou do MERCOSUL criado pelo Tratado de Assunção de 26 de março de 1991 que incorporou boa parte dos processos, arranjos e contextos europeus para uma realidade platina bem diferente.²⁴ Visto, no contexto de superação da rivalidade bipolar da Guerra Fria, como uma plataforma de inserção competitiva, o ideal do MERCOSUL não teve, naturalmente, as mesmas experiências Europeias desde a Guerra Franco-Prussiana de 1870 com sucessivas guerras e seus desdobramentos. Para o MERCOSUL, necessário é o entendimento de que um projeto anterior, um lastro de paz, cooperação, estabilidade e entendimento simétrico deva ser o eixo fundamental do bloco no Cone Sul e não apenas superficialmente nas trocas comerciais em um ambiente de união aduaneira incompleta que é seu o atual estágio. Os arranjos decisórios do MERCOSUL Pós-Ouro Preto (1994) e Pós-Olivos (2002) precisam ser ampliados e aprimorados, contando com uma plena participação da sociedade civil organizada para que o bloco não esteja adstrito apenas aos setores público-estatais. Assim, observa-se que a ESM, embora com formatos e linguagens distintas, está contida em vários preceitos do processo integrador do Mercosul.²⁵

24 WESTERHAUSEN, Fernando. *Manual de Introdução aos Processos de Integração na América Latina e Caribe*. Recife, FASA, 2010. p. 53-77.

25 WESTERHAUSEN, Fernando. *Integração e Inserção Internacional da América Latina e Caribe*. Recife, FASA/UNICAP, 2013. p. 53-71

Um dos dilemas no contexto de celebrações pelos 55 anos do Tratado de Roma é a dissonância sobre uma agenda comum para os programas de cooperação e expansão bem como sobre o expressivo freio que a França e a Holanda deram no processo / projeto europeu com a rejeição popular à constitucionalização da UE. Temas incômodos ainda persistem no campo econômico (recessão e desemprego estrutural especialmente entre os jovens) e comercial no relacionamento extra-UE com seus fortes subsídios no campo agropecuário. Também incômodo, na esfera política, é indefinição da candidatura da Turquia ao seletivo “Clube de Bruxelas”.

Dessa forma, muito ainda precisa para ser articulado no delicado, porém promissor projeto – ou melhor “processo” – de integração no Velho Continente com sua estratégia de voltar a ter hegemonia no cenário internacional dominado, atualmente, pela unipolaridade norte-americana.

Convém externar alguns breves comentários à guisa de reflexão conclusiva e com base em ocorrências oriundas da crise financeira internacional na UE entre 2008 e 2013. É, com otimismo cauteloso, portanto, que a UE deve celebrar, com repercussões não somente para o Brasil e o MERCOSUL, suas conquistas de transformação e redefinição do sistema estatocêntrico internacional. A crise é persistente, generalizada e profunda com repercussões amplas nos vários domínios da vida social, econômica, política e internacional. Há formas de tentar reduzi-la? Possivelmente sim, mediante uma verdadeira transformação – diria até radical – dos atuais paradigmas vigentes no pensamento e na ação econômica e sociopolítica dos vários países, em especial, o G20.

No âmbito financeiro e econômico, atualmente, a UE conta com 16 países na zona do Euro e sua crise sistêmica pós-Grecia (pós-2010) fez com que Bruxelas criasse fundo no montante de 750 bilhões para estabilização e liquidez da Europa monetária. Parte deste aporte virá do FMI em Washington, mostrando ainda muitos dos desafios adiante no campo da funcionalidade da integração comunitária – ou melhor – da dualidade integração-desterritorialização.

Outro ponto de reflexão urgente, diante de crises sistêmicas do sistema capitalista liberal internacional e diante da dualidade integração-des-territorialização da EPI, é o preocupante fator de endividamento público externo dos países industriais e pós-industriais. Observemos a tabela 1 e verifiquemos que todos os vinte maiores endividados são países do eixo americano-europeu, muitos integrantes da zona do euro.

Tabela 1. Endividamento público externo: análises e desdobramentos para a economia política internacional ²⁶

Posição	País	Dívida pública externa em bilhões de US\$ – 2012
1	Estados Unidos	13,64
2	Reino Unido	9,17
3	Alemanha	5,25
4	França	5,01
5	Países Baixos	2,47
6	Itália	2,32
7	Espanha	2,31
8	Irlanda	2,31
9	Japão	2,23
10	Luxemburgo	1,93
11	Bélgica	1,35
12	Suíça	1,30
13	Áustria	0,83
14	Austrália	0,77
15	Canadá	0,76
16	Hong Kong	0,65
17	Suécia	0,61
18	Dinamarca	0,58
19	Noruega	0,55
20	Grécia	0,50

Fonte: *Indexmundi*, com adaptações do autor.

²⁶ INDEXMUNDI. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=94&l=pt&t=20>. Acesso em 14 de abril de 2013. Boa parte da bases de dados aqui empregada pelo Indexmundi reporta ao *CIA World Factbook, 2013*. Editado e elaborado pelo Autor.

A tabela 1 apresentada revela algumas das fragilidades dos processos econômicos altamente integrados geradores de volatilidade durante crises do capitalismo em seus derradeiros estágios. Portanto, o endividamento público externo, enquanto puder ser financiado em moeda forte (convertível) será administrável no curto/médio prazo, porém, é terreno delicado para a gestão da projeção de poder de boa parte desses países citados. Passemos, então, a discutir a escola crítica/radical que tem base no marxismo e neomarxismo, com suas premissas e principais autores.

5. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O presente capítulo teve o objetivo de revistar, em termos de marco de literatura, os principais caminhos e eixo da integração no MERCOSUL com vistas a maior possibilidade de implementação de um modelo que mais claramente se aproximaria da tese de “superação” (*Aufhebung*) de Hegel para o atual momento platino: a Economia Social de Mercado (ESM). De fato, a ESM representa marco importante para os debates atuais sobre integração no Cone Sul à guisa de alternativa factível para o eixo pendular neoliberal e o chavista bolivariano.

De acordo com tais perspectivas, a ESM transcende, de maneira pontual, às polaridades apresentadas como alternativas messiânicas aos fluxos integrativos vigentes, revelando, assim, formas de união e de intersecção entre os vários diálogos – às vezes ásperos – sobre modelos para a integração no Cone Sul. A ESM com seu padrão de síntese entre Estado forte com liberdade econômica e livre iniciativa aliada a um Estado de Direito com *accountability* e plena democracia participativa traz à tona formas viáveis de planejamento estratégico e preservação da competitividade intrafirma no contexto das áreas integrativas no Mercosul.

Para além de uma mera advocacia da ESM, esse capítulo, portanto, ensejou trazer algumas contribuições pontuais para o debate rico e em curso no atual contexto das muitas globalizações – como se apresentou aqui – sendo elas: assimétrica, produtiva, especulativa e solidária. Na busca incessante de novos paradigmas, advoga-se a conciliação de correntes que,

nos seus próprios opostos, continham meios de distanciamento dos ideais iluministas (e neiluministas) de inclusão e de participação democrática.

Longa vida, então, aos dinâmicos processos integrativos com a adoção de primados que zelem pelo bem social maior com cidadania ativa e responsabilidade fiscal e respeito à Coisa Pública – elementos norteadores da ESM no atual curso de integração do MERCOSUL.

Thales Castro | Bacharel e Mestre em Relações Internacionais pela Indiana University of Pennsylvania. Doutor em Ciência Política pela UFPE. Assessor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Cônsul *Ad Honorem* da República de Malta em Recife. Presidente da Sociedade Consular de Pernambuco (SCP). Email para contatos: consulado@maltaconsul-recife.eu.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. *MERCOSUL: Fundamentos e Perspectivas*. São Paulo: LTr, 1998.

ANDERSON, Perry. *O fim da história de Hegel à Fukuyama*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires*. Paris: Fayard, 1995.

BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Thales. *Elementos de política internacional: redefinições e perspectivas*. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

_____. Repensando a unimultipolaridade: uma análise modelística das Relações Internacionais contemporâneas. In: GUEDES, Marcos, org. *Brasil e EUA no Novo Milênio*. Recife: NEA/UFPE, 2004.

_____. *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: Itamaraty/FUNAG, 2012.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA) *WORLD FACTBOOK – 2013*. Disponível em: www.cia.gov. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

D'ARCY, François. *União Europeia: Instituições, políticas e desafios*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2002

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FUKUYAMA, Francis. *El Fin de la Historia y el Último Hombre*. Buenos Aires: Planeta, 1995.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 6a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GILPIN, Robert. *Global Political Economy: Understanding the international economic order*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

INDEXMUNDI. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=94&l=pt&t=20>. Acesso em 14 de abril de 2012.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and interdependence*. 3a. ed. Nova Iorque: Longman, 2001.

LACHER, Hannes. *Beyond globalization: Capitalism, territoriality, and the international relations of modernity*. Nova Iorque: Routledge, 2006.

Los Principios de la Economía Social de Mercado Promueven... Berlim: Konrad Adenauer Stiftung, mimeo, 2013.

PFETSCH, Frank. *A União Europeia: história, instituições e processos*. Brasília: UnB, 2002.

RESICO, Marcelo. *Introdução à Economia Social de Mercado*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2012.

ROSECRANCE, Richard. *The Rise of the Virtual State: wealth and power in the coming century*. Nova Iorque: Basic Books, 1999.

STRANGE, Susan. *States and Markets*. Londres: Pinter, 1988.

WESTERHAUSEN, Fernando. *Integração e Inserção Internacional da América Latina e Caribe*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco / FASA, 2013.

_____. *Manual de Introdução aos Processos de Integração na América Latina e Caribe*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco/FASA, 2010.